



AFRICA CENTER FOR STRATEGIC STUDIES

Modelo de Estratégia Marítima

INTRODUÇÃO

O futuro de África, tanto em termos de oportunidades e de desafios, está ligada ao espaço marítimo que o cerca. O vasto domínio marítimo Africano contém imensos recursos que, quando totalmente explorado, irá fornecer as sociedades africanas com recursos adicionais significativos para fortalecer seus contínuos esforços de desenvolvimento, incluindo a segurança alimentar e energética. Por sua vez, o desenvolvimento é uma base essencial para a estabilidade e sustentabilidade de a paz no continente. Mas este processo de desenvolvimento é quase impossível de alcançar sem segurança - tanto em terra como no mar.

Enquanto a atenção e recursos consideráveis foram destinados para alcançar a segurança em terra, esforços semelhantes para proteger o domínio marítimo de África têm sido fracos, principalmente porque a dimensão marítima foi historicamente ignorada na maioria das estratégias locais, nacionais, sub-regionais e continentais. Esta não é, contudo, um fenómeno exclusivamente Africano.

Estados costeiros, insulares ou arquipelágicos em todo o mundo enfrentam diferentes graus de desafios para proteger os seus territórios marítimos. Da mesma forma, a maioria desses estados ainda está a realizar plenamente o potencial de desenvolvimento associado com a exploração do mar de forma sustentável. Essas duas actividades, segurança e desenvolvimento, estão no cerne do constante desenvolvimento, implantação, avaliação e revisão das estratégias marítimas dos Estados e organizações internacionais ao redor do mundo. Uma estratégia reconhece a situação actual, oferece uma visão de como deve ser o futuro, e elabora um plano de acção de como chegar do presente para o futuro. Começa com uma auto-avaliação honesta e um esforço concertado para melhorar

Este documento destina-se a ser usado como um conjunto de ferramentas de planeamento para os decisores políticos e profissionais responsáveis pelo processo de desenvolvimento de estratégias nacionais de segurança marítima em África. Criado pelo Centro de Estudos Estratégicos de Africa, em 2016, este conjunto de ferramentas reflete as contribuições e experiências de dezenas de profissionais africanos de segurança marítima que têm feito parte de processos de planeamento de estratégias de segurança marítima.

a compreensão do terreno. Em outras palavras, o desenvolvimento de estratégias bem-sucedida envolve a compreensão de quem e o que pode ameaçar a situação vigente (*status quo*).

Estados e organizações em todo o mundo, e particularmente em África, estão voltando sua atenção para o "terreno" marítimo e iniciando o processo de engajamento marítimo estratégico. O objectivo deste documento é o de ajudar os estados a compreender o processo de desenvolvimento de uma estratégia marítima que irá enfrentar os desafios marítimos, e também ajudá-los a aproveitar as oportunidades marítimas. Nenhum Estado costeiro, insular ou arquipelágico pode pagar, em termos tanto de segurança como económicos, as consequências de ignorar o seu domínio marítimo. Portanto, a estratégia marítima tornou-se um componente vital e necessário da estratégia nacional para estados em todo o mundo e, certamente, em todo o continente de África.

Houve, nos últimos anos, o desenvolvimento de uma série de estratégias marítimas em África. A Estratégia Marítima Integrada de África (AIMS) 2050 estabelece a visão marítima para todo o continente. Da mesma forma, estratégias e códigos de conduta regionais e inter-regionais fornecem as directivas de como essa visão Africana deve ser realizada dentro das regiões e sub-regiões. Existem indícios importantes que muitos estados individuais estão a buscar garantias que este engajamento estratégico com o domínio marítimo verta do nível continental para o inter-regional para o regional e agora para o nível nacional. Os Estados são os principais intervenientes tanto na protecção como no desenvolvimento do domínio marítimo, e devem voltar sua atenção para as responsabilidades estratégicas individuais para efectuar a visão estratégica colectiva.

A ELABORAÇÃO DO PRÉ-PROJECTO

Embora possa ser tentador proceder imediatamente para a elaboração da visão para o domínio marítimo, o processo de pré-projecto fica atrás apenas da implantação em termos de sua importância. Existem três avaliações que devem ocorrer antes de elaborar uma estratégia marítima: uma auto-avaliação, uma avaliação de domínio e uma avaliação de ameaças. Em qualquer contexto, para definir uma direcção confiável para o futuro primeiro requer saber onde se está, segundo, saber o que é possível, bons e ruins, e, terceiro, saber quais desafios podem surgir. Da mesma forma, para estabelecer uma visão para o seu domínio marítimo, um país deve compreender a situação vigente, deve ser realista sobre as possibilidades e deve estar ciente das prováveis dificuldades.

1. Auto-avaliação

A auto-avaliação para uma estratégia marítima exige que uma série de questões pertinentes aos interesses nacionais, capacidades e recursos, vis-à-vis o domínio marítimo seja abordado pelo Estado. Algumas das principais questões incluem, por exemplo:

- Quais agências nacionais têm responsabilidades marítimas?
 - Quais são essas responsabilidades?
 - Qual a origem do mandato para essas responsabilidades?
- Quais processos e mecanismos existem para a cooperação entre agências e coordenação sobre as questões marítimas?
- Quais agências não marítimas são as mais afectadas pelo domínio marítimo?
 - Quais processos ou mecanismos existem para dar voz às suas preocupações ou necessidades sobre assuntos marítimos?
- Quais leis marítimas internacionais foram assinadas?
 - Eles já foram incorporados em leis internas?
- Uma pessoa no estrangeiro tem acesso razoável às leis, normas e políticas marítimas do país?
- O que compreendem as leis, normas e políticas marítimas existentes?
 - Existem lacunas ou insuficiências conhecidas?
- Como as agências de aplicação da lei marítimas devem funcionar?
 - Existem lacunas ou insuficiências conhecidas?
- Quais instituições têm responsabilidades de aplicação da lei navais ou marítimas?
 - Qual o seu contingente?
 - Quais equipamentos possuem?
 - Como foram adestrados?
 - Existem lacunas ou insuficiências conhecidas?
- Quais obrigações bilaterais, regionais ou internacionais existem sobre as actividades marítimas?
 - Existem deficiências conhecidas no cumprimento dessas obrigações?

- Quais recursos estão disponíveis ao Estado para uso no domínio marítimo?

Isso não deve ser visto como uma lista exaustiva das questões que um Estado deve responder na realização de um pré-projecto de auto-avaliação do processo de desenvolvimento da estratégia marítima. Pelo contrário, é uma amostra das áreas, por exemplo, assuntos das agências e interagências, questões jurídicas, capacidade e aptidão das agências de aplicação da lei, etc., que devem estar no centro da tentativa de um estado de compreender o seu ponto de partida para o desenvolvimento da estratégia marítima.

2. Avaliação de domínio

O conhecimento do domínio marítimo é um passo fundamental para alcançar a segurança marítima. Mesmo enquanto estados intencionalmente voltam a sua atenção para o domínio marítimo, aqueles que não avaliam proativamente esse domínio podem não saber o que o mar pode oferecer. Conforme observado, a estratégia marítima deve apoiar a economia e a estabilidade de um Estado. Mas para fazer isso efectivamente, o Estado deve estar conhecer o seu real potencial económico marítimo e não o presumido. Em outras palavras, o Estado deve conhecer o valor máximo do seu domínio marítimo se explorados efectivamente e de forma sustentável.

Para este fim, existem várias áreas a serem exploradas. Embora não seja uma lista completa, algumas das perguntas que devem ser feitas incluem:

- Qual a máxima exploração sustentável da pesca local no nível artesanal, semi-industrial e industrial?
 - Qual o valor económico dos peixes em cada um desses níveis?
- Se houver, qual o potencial de extracção mineral ou de óleo e de gás marítimo (offshore) o Estado possui?
 - Onde estão os minerais?
 - A sua extracção é economicamente viável?
- Existe algum potencial para usar o ambiente marinho para a geração de energia verde, incluindo vento, marés e hidreléctrica?
- Qual e como a infra-estrutura portuária e litorânea poderia ser utilizado com maior eficiência?
- Qual agricultura em terra requer transporte marítimo e como a sua conectividade pode ser melhorada e seu valor aumentado?

- Qual fabricação em terra requer transporte marítimo e como a sua conectividade pode ser melhorada?
- Qual extração de recursos naturais em terra requer transporte marítimo e como a sua conectividade pode ser melhorada?
- Quais instalações de armazenamento litorâneas poderiam agregar valor económico ao domínio marítimo?
- Qual infra-estrutura litorânea de processamento e embalagem de pescados poderia aumentar a actividade económica marítima?
- Qual a dependência do mercado local em produtos marítimos e como se pode agregar valor à cadeia de suprimentos?
- Qual infra-estrutura relacionada ao turismo marítimo poderia ser desenvolvida ou melhorada?
- Quais actividades marítimas de lazer e de luxo podem ser comercializados?

No geral, o objectivo é assegurar o maior rendimento económico sustentável do domínio marítimo.

3. Avaliação de ameaças

O domínio marítimo é um espaço de importante evolução geoestratégica. As populações migram para as regiões costeiras do mundo e zonas litorais, mares e vias navegáveis interiores têm cada vez maior importância para a segurança e o desenvolvimento dos Estados e de seus cidadãos. Na África, que tem sido particularmente afectada por desafios e ameaças marítimos, tanto novos e antigos, isto é especialmente verdadeiro. Para lidar com as ameaças e desafios marítimos nos estados africanos através do desenvolvimento de uma estratégia marítima, é essencial avaliar e priorizar essas ameaças e desafios.

As ameaças incluem questões operacionais específicas em todo o espectro das actividades marítimas que podem ser medidas em perdas reais e os custos de oportunidades. Estes tipos de ameaças incluem a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (IUU, na sigla em inglês), extravio de recursos, incluindo o abastecimento de combustíveis; tráfico de seres humanos e mercadorias, incluindo armas, narcóticos, antiguidades roubadas e furto de recursos naturais; pirataria, assalto à mão armada no mar e a insegurança de rotas de navegação; terrorismo; lavagem de dinheiro e actividades financeiras ilícitas; alterações climáticas e abrasão marinha; e a degradação ambiental, o que inclui a descarga ilegal (incluindo resíduos tóxicos), poluição e derrames de petróleo e produtos químicos, entre outros.

Para além destas ameaças operacionais tangíveis, há também ameaças institucionais e desafios enfrentados pelo estado, que são mais frequentemente de natureza estrutural. Estes incluem a pobreza endémica e alto desemprego, a insegurança alimentar, instabilidade política e conflitos e corrupção. Apesar de estas questões poderem parecer removidos do domínio marítimo imediato, como os seus homólogos no espectro das actividades marítimas acima descritas, eles têm um efeito muito real e tangível sobre a segurança marítima.

Como discutido acima, o impacto de estas ameaças no domínio marítimo é tanto directo como indirecto. Eles incluem a ameaça no mar (ou seja, a pirataria e a pesca IUU), a fraqueza institucional que impede a resposta (ou seja, a instabilidade política, a falta de capacidade de aplicação das leis e corrupção), e as raízes estruturais subjacentes de essa fraqueza (ou seja, pobreza e conflito). Além destas ameaças directas e indirectas, existem vários desafios fundamentais para resolvê-los: a expansão do domínio marítimo por meio da criação de Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) e a crónica falta de vigilância pelos Estados das suas águas territoriais e das ZEE; a incapacidade de muitos estados para equipar e manter uma força marítima em termos de recursos humanos e físicos que podem ser caros; obrigações internacionais como as capacidades de segurança marítima e de busca e salvamento; coordenação e comunicação deficientes entre as partes interessadas no domínio marítimo e, na verdade, às vezes o cumprimento das partes interessadas com interesses escusos ou fraquezas institucionais como a corrupção; e falta de vontade política do governo para priorizar e alocar recursos para esse compromisso que compete com outras prioridades nacionais e regionais pelos escassos recursos, são apenas alguns desses desafios significativos.

As ameaças e os desafios listados acima, tanto operacionais como institucionais, são numerosos, e mesmo assim não estão completos. Eles abrangem uma ampla lista de questões, algumas das quais afectam todos os Estados do Litoral e muitos daqueles no interior, e outros que são geograficamente e situacionalmente específicos. É fundamental que as avaliações de ameaças individuais dêem prioridade para as ameaças em uma estratégia marítima nacional.

Partes Interessadas

Estas ameaças afectam, e, conseqüentemente, devem ser tratadas com consideração para, um grupo amplo e diversificado de partes interessadas dos sectores público e privado no domínio marítimo. A identificação de interagências nacionais e parceiros internacionais pode ajudar a facilitar o desenvolvimento e a colaboração em uma estratégia nacional. Estes grupos são numerosos e vão do cidadão, cujo bem-estar devem estar no centro de qualquer estratégia marítima e,

na verdade, qualquer estratégia de segurança, aos organismos nacionais, regionais e internacionais com responsabilidades no domínio marítimo, para uma variedade de organizações privadas com interesse específico em questões marítimas e de segurança. Eles são específicos para cada estado, portanto, uma lista completa das partes interessadas não pode simplesmente ser aplicado ao atacado para domínios marítimos em todo o continente. No entanto, a lista a seguir representa muitas, se não todas, as classificações de agentes marítimos a considerar ao ser incluído em uma estratégia marítima:

- População local
- Entidades privadas (locais e internacionais, incluindo a pesca, comerciantes e companhias marítimas, indústrias da construção e manutenção naval, empresas ligadas à indústria petrolífera, operadores turísticos, empresas de segurança privadas e a indústria de seguros)
- Especialistas e profissionais (incluindo cientistas ambientais, consultores, grupos de reflexão e organizações não governamentais, académicos, advogados, instituições de pesquisa e instituições de ensino)
- Instituições do Estado (incluindo marinhas, guardas costeiras, fuzileiros navais, aduanas e patrulhas de fronteira, autoridades portuárias, órgãos legislativos do Estado, judiciário, órgãos de aplicação das leis, pesca, comércio, meio ambiente e outros ministérios governamentais aplicáveis)
- Parceiros internacionais (incluindo os Estados vizinhos com e sem litoral, assim como parceiros de cooperação marítima, como as zonas marítimas, órgãos regionais e instituições inter-regionais, e alianças em outras partes do mundo)
- A União Africana e as Comunidades Económicas Regionais
- As Nações Unidas, a Organização Marítima Internacional e outras organizações internacionais

ELABORAÇÃO - FINS

No início da elaboração de uma estratégia, é essencial determinar primeiro o objectivo desejado. O objectivo ou visão, que pode ser uma declaração ampla como "garantir uma efectiva segurança marítima", fornece singularidade de enfoque. Uma vez determinada esta visão, ela pode e deve ser apoiada por objectivos, ou fins. Estes são informados pelas três avaliações da situação de um determinado país ou organização, bem como pelas áreas de interesse de todas as partes interessadas envolvidas. Eles devem se esforçar para alcançar o equilíbrio entre os interesses dos sectores económicos, sociais, legais, ambientais e de

segurança da sociedade, bem como trabalhar dentro dos recursos disponíveis. Na elaboração de uma estratégia marítima, esses fins devem ser úteis, tangíveis e mensuráveis. Eles descrevem o objectivo desejado de implantar uma estratégia marítima, enquanto permite que as formas e meios descrevam a melhor forma de alcançar e provê-lo. Quando inicia-se a implantação, cada acção tomada no domínio marítimo deve ser atribuível a apoiar um ou mais dos objectivos estratégicos apresentados. Em outras palavras, a resposta para a pergunta de "por que" qualquer actividade marítima é adoptada deve referir-se directamente para a estratégia.

Uma determinada estratégia marítima pode muito bem ter múltiplos objectivos que exigem priorização e que dependem das necessidades do país, sub-região ou região de priorização. Estes podem ser agrupados sob pilares marítimos, que reflectem os segmentos mais amplos da sociedade e são priorizados como objectivos. Da mesma forma, os objectivos marítimos reflectem a situação do Estado ou organização ao redigir sua estratégia. Apesar de a natureza individual desta tarefa, no entanto, é possível identificar exemplos de importantes objectivos no domínio marítimo e os seus pilares (em negrito) que possuem importância em quase todos os contextos marítimos, e complementá-las com possíveis formas e meios. Estas são amostras gerais de objectivos que um estado pode ter em um conjunto de diferentes pilares:

Governança

- Melhorar a eficácia dos sistemas de governança, garantindo que os ministérios desempenhem as suas funções.
- Promover a conscientização do domínio marítimo através de maior vontade política e educação dos formuladores de políticas.
- Garantir que mecanismos adequados existem para evitar as possibilidades de corrupção.

Económico

- Promover o desenvolvimento e o crescimento económico e incentivar a livre circulação de pessoas e comércio no domínio marítimo.
- Promover o comércio legal e regulamentado no domínio marítimo.
- Identificar mecanismos de financiamento para realizar programas de segurança marítima.

Ambiental

- Proteger o ambiente marítimo e preservar os ecossistemas marinhos e comunidades marítimas.

Jurídico

- Melhorar o cumprimento dos tratados e obrigações internacionais e das leis nacionais.

Informação

- Criar processos de comunicação integrados que permitem a eficaz partilha de informações em matéria de segurança marítima.

Militar

- Defender os direitos soberanos do Estado, incluindo o uso e exploração nacional dos recursos marítimos para prioridades nacionais e internacionais.
- Apoiar a segurança regional e sub-regional.

PLANEAMENTO - MEIOS

Os mecanismos para realizar tais objectivos, ou os meios, estão invariavelmente ligados com as extremidades. Eles descrevem um caminho específico de acção para alcançar o resultado final desejado, e preenchem a lacuna entre os objectivos e as atuais realidades do domínio marítimo. Para fazê-lo, meios adequados devem levar em consideração a variedade das actividades do sector marítimo em que as partes interessadas participam, e adoptar uma abordagem colaborativa onde todas as partes interessadas podem participar. Tal abordagem poderia, mas não precisa envolver a instituição de um órgão multiagência, e potencialmente multinacional, de coordenação para a segurança marítima. A comunicação inadequada é constantemente identificada entre os agentes marítimos como um obstáculo para a segurança e o desenvolvimento marítimo, e uma melhor coordenação articulada nos "meios" de uma estratégia marítima promove avanços no enfrentamento desse desafio.

Para este fim, as nações africanas precisarão envolver uma grande variedade de intervenientes para desenvolver e implantar suas próprias estratégias marítimas nacionais, em consonância com o AIMS 2050 e as várias estratégias regionais e inter-regionais. Considerando a variedade de intervenientes no domínio marítimo, começar com um "grupo central" de intervenientes para liderar o

processo de desenvolvimento da estratégia e depois trazê-lo para o próximo grupo de intervenientes poderia ajudar na eficiência e celeridade de este processo. Este processo hierarquizado permite uma abordagem abrangente que é participativa e ao mesmo tempo incorporar um maior número de intervenientes. Obrigações financeiras e de infra-estrutura podem ser partilhadas, e recursos humanos são fornecidos, que são três principais recursos para uma estratégia marítima.

Abaixo, os exemplos de objectivos são reexaminados para incluir meios de alcançar os fins propostos.

Governança

- Melhorar a eficácia dos sistemas de governança, garantindo que os ministérios desempenhem as suas funções.
 - Construir instituições mais fortes que instituem processos de revisão e de auditoria.
 - Promover a conscientização e conhecimento do público para permitir uma maior responsabilização do governo.
 - Desenvolver soluções conduzidas por Africanos.
- Promover a conscientização do domínio marítimo através de maior vontade política e sensibilização dos formuladores de políticas.
 - Promover a Conscientização do Domínio Marítimo (MDA, na sigla em inglês) e aumento da priorização entre as populações e eleitorados como parte de um processo de educação e sensibilização contínuo.
- Garantir que mecanismos adequados existem para evitar as possibilidades de corrupção.
 - Melhorar a transparência.

Económico

- Promover o desenvolvimento e o crescimento económico e incentivar a livre circulação de pessoas e comércio no domínio marítimo.
 - Reforçar a capacidade de patrulha.
 - Aumentar a capacidade de vigilância, monitorização e escolta.
 - Estabelecer um mecanismo de gestão de tráfego (sistema de notificação).
 - Dragar canais portuários e fazer levantamentos e cartografia das vias navegáveis.

- Estabelecer os remanescentes Centros de Coordenação de Busca e Salvamento (MRCCs, na sigla em inglês) acordados na África e implantar Sistemas de Identificação de Longo Alcance (LRITS, na sigla em inglês)
- Promover o comércio legal e regulamentado no domínio marítimo.
 - Impor licenças e estrutura de monitoramento para os participantes do comércio marítimo (incluindo a pesca).
 - Aumentar a exploração dos recursos marítimos, incluindo petróleo e gás, de forma ambientalmente sustentável.
- Identificar mecanismos de financiamento para realizar programas de segurança marítima.
 - Local: impostos e taxas sobre a actividade marítima.
 - Gerar recursos em cooperação com outros intervenientes, incluindo parceiros estrangeiros com interesses globais comuns.
 - Estabelecer uma base orçamental de recursos a serem alocados para a segurança marítima e aumentar este valor anualmente.
 - Reduzir as despesas com os barcos, sempre que possível (ex. taxas portuárias, electricidade, habitação, etc.) e aplicar os recursos obtidos por meio de taxas portuárias no apoio a segurança marítima.

Ambiental

- Proteger o ambiente marítimo e preservar os ecossistemas marinhos e comunidades marítimas.
 - Intervir para conter a exploração ilegal e a poluição.
 - Regular e gerir os recursos marinhos.
 - Aplicar as leis de protecção ambiental existentes.

Jurídico

- Melhorar o cumprimento dos tratados e obrigações internacionais e das leis nacionais.
 - Fortalecer as leis existentes e promulgar leis para fechar as lacunas em códigos legais existentes.
 - Alinhar a legislação nacional com os estatutos internacionais.
 - Catalogar os acordos marítimos (nacionais e internacionais) e disponibilizar a todos.

- Desenvolver competências marítimas em centros jurídicos.

Informação

- Criar processos de comunicação integrados que permitem a eficaz partilha de informações em matéria de segurança marítima.
 - Encetar em diálogo sobre segurança marítima regularmente para partilhar estratégias e melhores práticas.
 - Investir em tecnologia de comunicação.
 - Promover redes de comunicação informais.

Militar

- Defender os direitos soberanos do Estado, incluindo o uso e exploração nacional dos recursos marítimos para prioridades nacionais e internacionais.
 - Delineamento, delimitação e demarcação de domínio marítimo nacional
 - Estabelecer um quadro jurídico para os direitos soberanos marítimos
 - Desenvolver a capacidade de aplicação das leis em uma função de apoio para alcançar outros objectivos.
- Apoiar a segurança regional e sub-regional através de operações de manutenção da paz.
 - Expandir ou desenvolver as capacidades nacionais que podem, directa ou indirectamente, apoiar os objectivos regionais.
 - Participar nas operações de manutenção da paz.
 - Integrar as forças marítimas na estrutura da Força de Reserva Africana.
 - Treino com as forças de manutenção da paz terrestres para melhorar a interoperabilidade.

IMPLANTAÇÃO - MEIOS

Uma variedade de recursos serão necessários para alcançar objectivos no domínio marítimo. Esses recursos, ou meios, não são apenas monetários, embora o financiamento desempenha um papel obviamente crítico. Um equilíbrio adequado entre os vários tipos de recursos deve ser atendido. Um excesso de meios físicos sem a capacidade humana permanece ineficaz, não importa quão

sofisticado seja o equipamento. Entre os tipos de recursos necessários para alcançar os objectivos marítimos são:

Humanos

Os recursos humanos são uma peça fundamental de qualquer estratégia marítima eficaz. Atribuir o número apropriados de pessoas, civis e militares, para atingir um determinado objectivo, e assegurar que eles estão bem treinados e educados, são todos muito importantes. O desenvolvimento de instituições para este treino e educação é um aspecto importante na plena realização deste recurso humano. Além disso, é necessário definir e delinear os tipos de organismos aos quais esse pessoal será lotado, sejam eles marinhas, guardas costeiras ou alguma outra força ou organização marítima. As funções e responsabilidades de cada uma dessas organizações deverão ser juridicamente codificadas a fim de maximizar a utilização desses recursos humanos na realização dos objectivos no domínio marítimo.

Financeiros

O apoio orçamental é frequentemente uma importante exigência para alcançar um objectivo. Estes são tipicamente controlados através do Ministério das Finanças e, portanto, é importante assegurar a necessidade de os objectivos da estratégia marítima serem dotados de recursos suficientes, adequadamente providos e suportados no orçamento nacional, regional ou sub-regional. Os impostos sobre o comércio e produtos marítimos podem ser aplicados para levantar tais fundos, bem como multas ou penalidades sobre a poluição. No entanto, pode ser realizada uma avaliação de risco ou impacto para ver se o comércio pode ser afectado significativamente. É importante que o apoio orçamental seja bem regulado e para este efeito, o estabelecimento de uma supervisão financeira ou órgão de auditoria poderia ser útil. Se esses recursos adicionais não forem canalizados de volta para a criação de capacidades marítimas, o novo imposto não serve o objectivo pretendido.

Físicos

Os recursos físicos abrangem tanto o equipamento necessário para assegurar os objectivos no domínio marítimo, bem como os espaços físicos que também contribuem para este objectivo. Mais especificamente, inclui embarcações marítimas e aeronaves, bem como os suprimentos necessários (incluindo peças de reposição e equipamentos de manutenção), mas também depende de boa infra-estrutura física. Isso refere-se à vias navegáveis bem geridas e portos que atendem os Código Internacional para Protecção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS), e canais portuários adequadamente dragados. A manutenção

desses recursos importantes melhora a segurança marítima e também avança muitos objectivos marítimos.

Tecnologia da Informação

Estas categorias de recursos têm forte interacção um com o outro. A tecnologia é fundamental para alcançar os objectivos marítimos, em parte, porque fornece capacidades de colecta e partilha de informações. A tecnologia deve ser adquirida com uma combinação adequada de "alta" e "baixa" tecnologia e com os objectivos marítimos específicos em mente. Pode incluir sistemas de busca e salvamento, sistemas de localização de navios integrada e tecnologias de pesquisa e de design. O uso criterioso de recursos financeiros deve ser aplicado ao decidir quais recursos tecnológicos são necessários para atender os objectivos marítimos. Sempre que possível, os equipamentos devem ser de baixo custo e de fácil manutenção. Famílias de plataformas com características semelhantes criam facilidade de manutenção, quando utilizada na região ou sub-região.

Consultas

As consultas podem ser um recurso importante na realização dos objectivos marítimos. Ela engloba a ideia de consultoria com recursos humanos externos (académicos, universidades, profissionais, juristas e grupos de reflexão, por exemplo), como também a ideia de participar em parcerias.

Intangíveis

Os recursos intangíveis incluem coisas como a vontade política para aperfeiçoar a segurança marítima, a reputação dos intervenientes e a visão cultural e popular do domínio marítimo, tanto entre as populações marítimas e aqueles que são indirectamente afectados por ela. Esses recursos, embora intangíveis por definição, são essenciais para alcançar os objectivos marítimos, conforme descrito na seção de meios, ao tratar das questões de educação e sensibilização.

AVALIAÇÃO DE RISCO DA ESTRATÉGIA PROPOSTA

A Avaliação de Risco, embora não necessariamente no sentido tradicional, é uma peça final e essencial de uma estratégia marítima. Este exercício avalia a diferença entre a finalidade escolhida e os objectivos sendo comparados e o risco para realizá-los; ele examina a estratégia para a sua adequação, sustentabilidade, viabilidade e aceitabilidade, todos os quais são aspectos importantes de uma estratégia marítima bem-sucedida. Uma vez concluída, a avaliação de risco pode ser utilizada para realizar os objectivos através de alguns "meios" - por exemplo, pode contribuir para a criação de vontades políticas. Assuntos que podem ser tratados pela avaliação de risco incluem a importância da conservação regional,

interesses nacionais e internacionais concorrentes e o risco financeiro de depender de apoio orçamental de outros sectores. A avaliação de risco também pode ajudar com a definição de prioridades. Conforme o contexto geral se altera, a implantação da estratégia terá de mudar e o risco pode precisar ser reavaliado. Os recursos podem tornar-se escassos inesperadamente, por exemplo, por conta de uma queda no preço das principais *commodities*, e a implantação terá de ser reavaliada e as principais prioridades restabelecidas.

A estratégia marítima não é um documento estático; ele exige flexibilidade e reavaliação em um ambiente em evolução e, uma vez uma estratégia marítima é finalizada e adoptada, a avaliação de riscos serve como um mecanismo periódico de acompanhamento e auditoria para garantir sua integridade.

Finalmente, o real valor de uma estratégia reside na sua implantação. Portanto, ao embarcar no importante trabalho de desenvolvimento de uma estratégia marítima, os Estados devem estar comprometidos com sua implantação.

O PROCESSO RESUMIDO

1. Avaliação:
 - a. Da própria pessoa
 - b. Do Domínio Marítimo
 - c. Das ameaças
2. Identificação das partes interessadas
3. Elaboração do Fins (em quantos pilares se fizer necessário)
4. Planeamento dos Meios
5. Aplicação dos Meios para Implantação – Recursos e Limitações de Recursos
6. Avaliação de Riscos e Reavaliação
7. Plano de Acção de Implantação (Incluindo a reavaliação e emendas)
8. Implantação
9. Revisão e Reconsideração



+1 202-685-7300
Africacenter.org
@AfricaACSS

National Defense University
300 5th Avenue, Building 21
Washington, DC 20319